

Dr. Azevedo:

Ai lhe devolvo o Relatório do C.R. do R.G.S.

Acho tão ridículo, infantil e feminino que fico a pensar se não sou eu o errado. A dimensão econômico-social que se quer dar aos estudos é falsa e pueril. Os lugares comuns de uma velha e ultrapassada sociologia educacional - estilo Amaral Fontoura - pontilham aqui e acolá. É trabalho de Ginécio, não é dum Centro de Pesquisas. Perdi-me a franqueza, mas é essa a fatigada e depressiva imponção que me sobrou.

Cordialmente,

Roberto Turian

7/7/57

M 16

P 1

Cx B.1

CRPE/RS



EDUCAÇÃO

BOLETIM

DO

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

RIO GRANDE DO SUL

BRASIL

1956

Nº 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Centro Regional de Pesquisas Educacionais

Praça Dom Feliciano, 14 – Pôrto Alegre

Rio Grande do Sul

DIRETORA

ELOAH BRODT RIBEIRO KUNZ

COLABORADORES:

Adda Drügg de Freitas

Amneris Fortini Albano

Antonieta Barone

Celia Travassos Alves

Eleuthéria Biehl

Elfa Freda

Emilia Flôres

Gladys Barth Torelly

Ivone Van Der Perre

Lia Campos

Lucy Merlotti

Luiza R. Albuquerque

Margarida S. Sirângelo

Maria Fernandes de Oliveira

Maria Lígia Santos Chaves

Marianina Freda

Odila Barros Xavier

Ruth Mendes Prates

Selma Brodt Ribeiro

Suely Krieger

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, no presente trabalho, uma análise da situação educacional do Rio Grande do Sul, em seus aspectos psicológico e social, e referimos as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais, dêste Estado.

Anima-nos, ao fazê-lo, o propósito de situar-nos no panorama educativo nacional e divulgar, à medida que se vai processando, a contribuição dêste órgão ao desenvolvimento da educação. Só assim os professôres e outras pessoas, ligadas, direta ou indiretamente, ao problema educacional, poderão conhecer nossa cooperação, participar dela ativamente e enriquecê-la com suas idéias, iniciativas e realizações.

Eloah Ribeiro Kunz
Diretora do C. R. P. E.

O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO

Eloah Ribeiro Kunz

Apreciando os rumos e tendências que caracterizam atualmente a educação no Rio Grande do Sul, resultantes das forças culturais e sociais que sobre ela atuaram, sentimos que o Centro Regional de Pesquisas Educacionais poderá prestar valiosas contribuições à realização do programa de reconstrução educacional proposto pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Carecemos de documentação objetiva — registros de entrevistas, inquéritos e outros dados significativos para melhor fundamentar e reforçar nossas conclusões. Mas o conhecimento da realidade educacional presente a que chegamos não só através do contato direto e contínuo, durante vários anos, com estabelecimentos de ensino, diretores e professores, da observação de seus métodos, processos e resultados, de um lado, e a reflexão sobre as condições sociais contemporâneas, de outro, permite-nos destacar, para posteriores estudos e inferências, os fatores que mais concorreram para a formação do clima espiritual reinante em nossas escolas presentemente.

O desenvolvimento econômico

O vertiginoso desenvolvimento econômico do Estado, de que nos dão prova quantitativa os dados fornecidos pelos dois últimos recenseamentos, repercutiu na vida familiar e social. Esta se enriqueceu, material e espiritualmente, com o aparecimento de novos produtos, instrumentos, aparelhos; conseqüentemente, novas situações se apresentaram ao exame e julgamento individuais.

O efeito da propaganda, em várias formas, sobre as pessoas é bem maior do que geralmente se supõe. Levadas, ora pela curiosidade de conhecer as propriedades do que é anunciado, ora pelo desejo de aquisição, ora por interesses de outra natureza, procuram verificar sua utilidade (economia de tempo e esforço), sua função (prática, instrutiva, recreativa, estética), a conveniência ou não da compra (qualidade, preço, condições de pagamento).

Analisando a repercussão dêste desenvolvimento progressivo, ou melhor, das situações novas que dêle emergiram sôbre o indivíduo, constatamos que encerram constantes estímulos e apelos à sua capacidade de apreender os diferentes aspectos que envolvem, de estabelecer relações e de concluir para uma tomada de posição orientadora do modo de agir pessoal.

Todo êste movimento, oriundo da aplicação do engenho humano a fins econômicos, alargando experiências, incentivando e desenvolvendo a capacidade de pensar, concorreu para modificar as condições de vida do povo e desenvolvê-lo mentalmente.

O desenvolvimento cultural

Sem subestimar a influência dos outros agentes, múltiplos e diversos, que contribuíram e contribuem, cada dia, para elevar o nível cultural do povo rio-grandense, temos de pôr em relêvo o jornal, o rádio e o cinema cuja difusão, em nosso meio, foi notável na última década.

De maior e decisiva influência foi o crescimento da rêde escolar e a divulgação de obras nacionais e estrangeiras, gerais e especializadas, àvidamente adquiridas por intelectuais, técnicos e por uma razoável percentagem de populares.

O progresso da ciência pedagógica determinado por um conhecimento mais amplo e profundo da pessoa humana, sob vários aspectos, por uma tomada de consciência da ação dos fenômenos sociais sôbre a educação e, ainda, pelos resultados de pesquisas e ensaios de novas organizações escolares, de métodos e processos de ensino mais apropriados à satisfação dos interêsses e necessidades dos educandos e às exigências do meio, trouxe, como consequência, as idéias renovadoras de que nossas escolas estão impregnadas.

A elevação do padrão de vida

As contribuições ao desenvolvimento individual trazidas não só pelo progresso econômico e cultural, mas ainda pela mudança de atitude face à pessoa humana, decorrente de um conhecimento mais amplo e profundo da psicologia individual e da sobrevivência das idéias democráticas no País, elevaram, consideravelmente, o contingente daqueles que aspiram a padrões mais altos de vida.

A estas manifestações progressistas respondeu a sociedade favoravelmente, pois aumentaram as possibilidades de colocação em emprêsas comerciais, agrícolas e industriais; não são menores as oportunidades de emprêgo na administração pública pelo desdobramento ininterrupto de serviços; criaram-se escolas; disseminaram-se agências assistemáticas de educação; difundiram-se conhecimentos

e recursos que interessam ao bem-estar individual e coletivo.

De tôdas estas oportunidades valeu-se a pessoa humana na sua natural tendência a evoluir, a conseguir uma posição cômoda, de segurança e independência na sociedade.

Até aqui examinamos os aspectos positivos dêste movimento de evolução social, os fatores que favoreceram sua eclosão e desenvolvimento. Mas, para situá-lo devidamente na escala de valores, temos de considerar os demais agentes que nêle influíram, dando-lhe côr e sentido.

A reação popular e a imprevidência administrativa

Em países de arrecadação tributária centralizada, como é o Brasil, as possibilidades de desenvolvimento econômico e cultural e de condições mínimas de confôrto pessoal são reduzidíssimas nos pequenos aglomerados humanos, o que leva a massa trabalhadora a abandoná-los em busca dos recursos que a cidade oferece.

O êxodo das zonas rurais, o congestionamento populacional dos grandes centros, a polarização da atividade fora do lar, o encarecimento constante do custo da vida criaram problemas que vieram modificar, radicalmente, as condições de vida do povo. E, como tôdas as modificações relativamente rápidas e que se operam sem previsão administrativa e preparação educacional, teve seus efeitos desastrosos.

Para atenuar a situação criada pela ausência diária, mais ou menos prolongada, da mãe do lar, não se encontram serviçais domésticas e "nurses" habilitadas ao exercício de suas funções. Para enfrentar as dificuldades decorrentes do encarecimento da vida não se formaram no povo, pela educação, os hábitos de sobriedade e economia necessários, não se conhecem e nem se praticam os princípios da arte de saber consumir e saber conservar. Para facilitar a produção do que é essencial à saúde e ao fortalecimento da raça, não organizaram os órgãos competentes, em colaboração com particulares, um plano de ação conjunta e coordenada em que, simultaneamente com a assistência moral e material do poder público a organizações privadas, se estabelecessem os meios preventivos e repressivos da exploração comercial que a nova situação viria propiciar.

Ao crescimento rápido da população em idade escolar nos centros maiores, não respondeu a administração com a criação de instituições educativas em número suficiente para atender a crianças e adolescentes e assegurar-lhes condições favoráveis de desenvolvimento, dando aos pais a necessária tranqüilidade por saberem que seus filhos estavam assistidos convenientemente, enquanto trabalhavam.

Como decorrência destes fatos, observa-se em todos os planos sociais e setores de trabalho excessiva mobilidade, um sentimento de insatisfação com a situação presente e de insegurança futura que prejudica a integridade e continuidade da ação humana e, conseqüentemente, a estabilidade das instituições sociais.

A situação do magistério

O magistério, como parte integrante da sociedade, participa também deste sentimento coletivo.

A mudança operada no nível cultural do povo capacitou-o a melhor julgar o trabalho da escola.

Confrontando as experiências adquiridas por via informal, através de agências assistemáticas de educação, geralmente vivas e atualizadas, com os conhecimentos proporcionados pela escola, os próprios leigos tomaram consciência da falta de adequação do aparelho escolar às necessidades da vida contemporânea. Esta circunstância veio abalar, em parte, o prestígio da escola e a autoridade do professor.

Acresce, ainda, que alguns valores da escola tradicional como maior respeito à autoridade e às leis, culto da tradição, exaltação de virtudes morais e cívicas, hábitos de ordem e disciplina (embora não concordemos com a forma coercitiva de que se revestia), maior concentração do espírito dos alunos nas atividades escolares, foram, em parte, sacrificados, nas instituições dos dias que correm, pela impossibilidade de conciliar a atenção a todos os aspectos da educação integral em que aquêles e muitos outros valores estão implícitos, com a exigüidade do tempo destinado à educação (redução do horário escolar e do número de séries) e com as inúmeras e variadas solicitações da vida moderna.

Em vez de aumentar o período de escolaridade e o número de horas diárias de atividade docente, por força dos novos encargos atribuídos à escola, sucedeu justamente o inverso, o que trouxe como conseqüência o clima de superficialidade e dispersão que envolve a educação atual.

Temos, porém, de consignar a favor da escola hodierna, num balanço final, a preocupação com o desenvolvimento social dos alunos e o sentido funcional e prático que, numa série de tateios e erros, vai, aos poucos, imprimindo ao ensino.

Ocorre, portanto, que a renovação de métodos e processos, a que as novas idéias deveriam, naturalmente, conduzir, não se processou nas proporções previstas, por falta de ambiente e condições favoráveis. Observam-se, aqui e ali, tentativas e realizações, por parte de educadores esclarecidos e experientes, com o objetivo de pôr em prática as diretrizes da pedagogia moderna.

Mas êstes movimentos isolados, apesar de altamente significativos, pelo interêsse e pela dedicação que envolvem, carecem de força suficiente para exercer, na vida escolar, a influênciã, na intensidade desejada. Podemos compará-los a corpos estranhos que acabam por não resistir à estrutura massiça e rígida do aparelho escolar em que se situam.

Pressionado pelas exigênciãs do povo em matéria de educação e pelo progresso cultural e científico, donde recebe as idéias renovadoras e fontes de inspiração, o professor sente que a escola não pode continuar a ser o que era ou o que é, na maioria dos casos, mas que não está preparada, pessoal e materialmente, para o que deveria ser.

Se estas duas fôrças — pressão social e cultura pedagógica — agem positivamente, levando-o a sentir a necessidade de uma mudança, há outras que lhe barram ou dificultam a ação.

Entre fôrças poderosas e antagônicas, tomando consciênciã da realidade, o professor se traumatiza, fica numa situação de desequilíbrio, agravada pela vivência quotidiana do problema e pela impossibilidade de resolvê-lo satisfatòriamente.

O abandono do cargo, o empenho em exercer a atividade em órgãos administrativos ou técnicos do ensino, as licenças freqüentes, o afastamento da função docente para realização de estágios e cursos, constituem, às vêzes, fugas conscientes ou inconscientes da situação incômoda em que se encontra. Dizemos "às vêzes", porque estamos entre os que reconhecem a necessidade de um aperfeiçoamento constante de métodos e processos de ensino para o qual tanto concorrem a realização de cursos e a existência de altos padrões nos serviços de administração e técnica escolar. Sabemos também que muitos professôres se afastam, com pesar, da função docente, visando tão sòmente a contribuir para a melhoria das condições em que se processa o ensino. Não generalizamos. Vemos, apenas, no cenário educacional, os efeitos dessa situação de desequilíbrio, de insegurança a que acima nos referimos. O comodismo, o "deixar como está para ver como fica", a transferência total da responsabilidade do insucesso escolar para a administração e as autoridades educacionais como se a estas coubesse exclusivamente a responsabilidade do desajustamento escolar, constituem reações negativistas à solução do problema.

É verdade que o número insuficiente de escolas e de professôres, a precariedade das condições do aparelho escolar no que diz respeito a prédios e a material de ensino, a redução do tempo destinado aos estudos e a centralização administrativa têm influído, consideravelmente, na qualidade da educação e estão a reclamar uma mudança de atitude com referência ao problema educacional.

Mas não é menos certo que uma análise, realizada com espírito científico, liberta de coloridos emocionais que prejudicam a imparcialidade e justeza do julgamento, levará o professor a reconhecer que a falta de adequação da escola às exigências da vida e aos ideais da educação cristã democrática resulta, em grande parte, das confusões pedagógicas existentes nos meios educacionais.

Confusões pedagógicas

Estas decorrem, na maioria dos casos, da incompatibilidade entre os princípios e técnicas educativas modernas, ministrados em cursos e divulgados em livros pedagógicos e científicos e a rigidez da organização educacional e do regime escolar, de um lado, e da inobservância daqueles princípios e técnicas na elaboração de programas e livros didáticos, de outro.

O conceito de "sériação" na escola deveria ser construído sobre idéias de relação e seqüência de conhecimentos, abstraindo a noção de tempo, para que se pudesse harmonizar com o princípio das diferenças individuais em seu duplo aspecto: rendimento quantitativo e qualitativo.

Como ajustar o ensino às possibilidades e necessidades dos alunos se, aceitando a correspondência "série-ano" ou "série-semester" e o regime de promoções anuais ou semestrais, passamos a exigir de alunos tão diferentes as mesmas reações em quantidade e qualidade?

Quantas vezes ficamos estarecidos, ao examinar um livro didático, oficialmente aprovado, e que contradiz tudo quanto preconizamos em sessões de estudos com nossos alunos! E quantas vezes ficam êstes em dúvida quanto à autoridade de quem diz e a autoridade de quem escreve, de quem elaborou o livro didático, principalmente tratando-se de pessoa alta e justamente conceituada nos meios educacionais do País por seus trabalhos sobre pedagogia anteriormente publicados, pelas idéias modernas sobre a educação que expôs.

Não nos pretendemos deter na apreciação dos fatores que provavelmente levam a essas formas contraditórias da manifestação do pensamento.

Mas somos levados a crer, ao analisar os livros didáticos, que há, realmente, uma grande distância entre o conhecer as idéias e os princípios pedagógicos e a aplicação dêstes aos métodos de ensino, no trato dos problemas vitais. Determina êste hiato:

- a) o desconhecimento, por parte dos educadores, da realidade atual.

Em todos os setores da atividade humana, o desenvolvimento cultural e as descobertas e invenções cientí-

ficas vieram revolucionar os processos de trabalho e influir na estrutura e no funcionamento das instituições. Os recursos da Ciência aplicados e desenvolvidos pela Indústria, ficam, inúmeras vezes, restritos a um pequeno número de técnicos e, por falta de contato destes com os professores, não possui a escola uma compreensão clara do papel da Ciência no mundo moderno e da influência das instituições no progresso científico.

- b) a dissociação, existente no ensino, entre o conhecimento resultante do exercício do pensamento sob forma abstrata e sua aplicação a situações concretas, práticas, necessárias e úteis à vida.

Citamos aqui as palavras do eminente professor O. Frota Pessoa:

“A resistência da escola em absorver as aplicações práticas da Física, por revolucionárias que sejam, se revela pelo fato de que não se faz menção, nos programas de Ciências Naturais ou de Física, a automóveis, bondes, elevadores ou aeroplanos; telefones, vitrola, rádio ou televisão; contadores de Geiger, bombas atômicas ou reatores. Pode defender-se a tese de que o item “Resistência do ar” inclui o estudo dos aeroplanos; “Geradores e motores de corrente alternada” subentende bondes e elevadores, etc. De qualquer modo a falta de menção explícita a tais máquinas e instrumentos revela a tendência abstrata, não aplicada, do ensino das ciências. As invenções da Física transformaram o mundo, não a escola”.

- c) o anacronismo de nossos programas de ensino, que não acompanham, em muitos casos, o evoluir da ciência, incluindo, obrigatoriamente, o estudo de assuntos já superados ou modificados ulteriormente por longos períodos de pesquisa e omitindo outros de alta significação para que os estudantes possam compreender os princípios em que se fundamenta a complexa estrutura da vida moderna, e aproveitar melhor seus largos recursos.
- d) a falta de direção do estudo no sentido das realidades e problemas nacionais, inclusive.

Não admira assim que nossos estudantes saibam como era a educação na Grecia, em Roma, mas pouco ou nada saibam dizer da educação brasileira no século passado ou na época contemporânea.

- e) a escassez de livros que contribuam para tornar conhecidas as aplicações da ciência à vida hodierna, para uma melhor compreensão e utilização destas; não só a carência, mas a pobreza e deficiência dos mesmos, quando

abordam o tema, por falta de atualização, do ponto de vista científico e didático.

A responsabilidade do educador

No centro de tudo isto encontramos a figura do educador, responsável, em parte, por esta dissociação entre o conhecimento teórico e a prática.

- 1.º) porque não têm nossos professores a atitude de pesquisadores diante da situação que a vida atual apresenta; falta-lhes, no campo da investigação, tempo, estímulo, hábito ou conhecimento da técnica de pesquisar. E isso se compreende, porque as escolas de nível secundário e superior do País não estimulam, na quase totalidade, em seus alunos, o hábito de investigar, nem oferecem os meios necessários à sua realização. Como formar e desenvolver, pois, no futuro professor, interesses, atitudes, hábitos e técnicas favoráveis à pesquisa? Sem conhecimento atualizado das influências filosóficas, psicológicas e sociológicas da época e do meio sobre a educação, dos recursos científicos que vieram mudar a feição da sociedade moderna, como pode ele imprimir à educação um cunho mais consentâneo com o estado atual da nossa civilização e rumos que venham ao encontro dos ideais, aspirações e interesses do povo brasileiro?
- 2.º) porque, como consequência da filosofia da educação desenvolvida pela escola tradicional, tão bem caracterizada pela autoridade em matéria de educação que é Anísio Spínola Teixeira, em seu livro "A educação e a crise brasileira", persistem muitos professores quanto aos objetivos e aos processos da velha escola quais sejam: — "manter e desenvolver a cultura intelectual e artística da humanidade", através de processos acadêmicos, os mais abstratos. Referimo-nos, aqui, é óbvio, aos fins próximos ou secundários da educação. Julgam que propugnar por uma formação dirigida, também, no sentido prático, destinada a dar ao indivíduo atitudes, hábitos, habilidades e conhecimentos que lhe permitam resolver, com eficiência, os problemas da vida comum, equivale a ter uma concepção utilitarista da vida, a defender o pensamento pragmatista de Dewey, com os erros e exageros a que pode conduzir.

Esclarecemos nosso ponto de vista, relativamente à posição assumida pelos professôres que assim pensam, declarando que não se trata pròpriamente de uma substituição, antes de dosagem e de adaptação ao nível de maturidade dos alunos.

Podemos e devemos conservar os valores da escola tradicional, principalmente no que concerne à preocupação de despertar e desenvolver no educando atributos de caráter, formas de conduta ética da mais alta significação para o aperfeiçoamento individual e reconstrução social. Podemos e devemos manter, em alto grau, a cultura intelectual superior, através da preparação de um grupo de especialistas do saber e das profissões de base científica e técnica. Êsses valores, porém, não são privilégio da escola tradicional nem se contrapõem à tendência de proporcionar ao educando uma formação dirigida no sentido prático, antes da formação predominantemente teórica, intelectual; devem, pelo contrário, coexistir na educação nova.

A complexa estrutura da sociedade em que vivemos, produto da civilização atual, com os inúmeros recursos que oferece em tôdas as direções e as dificuldades decorrentes das condições de vida, da divisão do trabalho e de outros fatôres já referidos anteriormente, complicou de tal modo a vida humana que temos forçosamente de organizar a escola sob forma comunitária para que o aluno possa adquirir, nesta, as atitudes, os hábitos, os conhecimentos e as técnicas que lhe permitam compreender a sociedade em que vive, suas relações, e nela agir eficientemente.

Realizemos no curso primário e no primeiro ciclo do ensino médio essa formação, empregando processos de ensino que levem, através de experiências sensoriais, do largo emprêgo de material concreto, rico e variado, de situações vividas, interessantes e socialmente significativas, do estudo de muitos casos particulares:

- a) aos conhecimentos necessários;
- b) à construção de conceitos, à generalização de princípios, leis e processos;
- c) a atitudes, hábitos e habilidades desejáveis;
- d) ao aperfeiçoamento individual, enfim, tendo em vista o ideal cristão.

Os livros e a informação teórica constituem, neste período, recursos complementares, destinados a enriquecer e fixar os conhecimentos.

No segundo ciclo do ensino secundário e na Universidade, a quantidade de conceitos, princípios e leis já elaborados pelos alunos nos dois primeiros períodos de estudo, os processos de aprender adquiridos, os hábitos e atitudes sociais e o desenvolvimento

intelectual que atingiram, permitem que o ensino se processe em bases teóricas, com freqüente apêlo à capacidade de abstração e generalização dos estudantes e largo auxílio de bons livros especializados, sem descurar, contudo, as aplicações práticas do conhecimento.

Se não seguirmos essa normativa, estaremos contrariando a marcha natural da aprendizagem, estabelecendo-a sôbre falsos estádios de desenvolvimento, precipitando uma formação teórica sem a necessária fundamentação psicopedagógica.

Por isso afirmamos que a mudança de objetivos e processos da escola deve apresentar-se ao professor como uma questão de dosagem, de grau, em suma, de bom senso.

A educação é um processo contínuo e progressivo; visa, em seu mais alto grau, após uma longa seleção de capacidades, à preparação de homens que, por sua cultura intelectual, espírito científico, ideais cristãos e altruístas, possam promover o progresso da civilização, das artes, das letras, da ciência e o bem-estar da humanidade. Mas esta etapa final da educação que deve efetivar-se na Universidade, precisa ser cuidadosamente preparada, nos diferentes graus de ensino, para que o indivíduo não tenha de construir, por si mesmo, à margem da instituição educacional, o acervo de conhecimentos e as técnicas de trabalho imprescindíveis à realização dêstes objetivos, muitas vêzes bem diversos dos que a educação formal lhe proporcionou. E a melhor maneira de a escola desincumbir-se desta missão é fundamentar a educação superior em bases sólidas, por isso que construídas de acôrdo com as possibilidades do educando e as exigências da sociedade em que tem de viver e sôbre a qual deve exercer sua benéfica influência.

Compete, pois, ao professor a seleção de conhecimentos, de objetivos, métodos e processos educativos, atendendo, na escala graduada em que os situa, às peculiaridades da formação pessoal.

Mas como pode o professor realizar trabalho tão agigantado e complexo, se vive traumatizado pela consciência do desajustamento existente entre a realidade escolar e as fôrças culturais e sociais que a devem sustentar? Se não possui conhecimentos atualizados sôbre a sociedade moderna, porque a escola não lhe proporcionou a formação prática necessária, nem se preocupou, em muitos casos, com o desenvolvimento de hábitos e técnicas de pesquisa que levariam à aquisição dêstes conhecimentos? Se trabalha em ambientes inadequados, com carência de material de ensino e tempo muito inferior ao exigido pela natureza do trabalho que deve realizar? Se vive compelido por múltiplas ocupações? Se é beneficiário de leis que consideramos justas, mas que repercutem, desfavoravelmente, no ensino, por não estar a administração convenientemente aparelhada para atender às situações por elas cria-

das? Se tem receio de romper com a velha e falsa filosofia da educação baseada no treino da mente por meio de estudos abstratos e livroscos? Se aceita e desenvolve programas anacrônicos? Se adota, por pobreza de material, livros que omitem, tratam deficientemente e contrariam, com freqüência, os princípios pedagógicos e as técnicas educativas modernas, que conhece através de cursos e da leitura de obras especializadas no assunto?

A situação do professor, relativamente ao problema educacional, assemelha-se, não em natureza, é óbvio, mas em magnitude, à de um engenheiro que, tendo um grande edifício para construir, e conhecendo as mais modernas e sadias técnicas de arquitetura, tivesse de começar seu trabalho pela fabricação dos tijolos, do cimento, das vigas, etc..

É verdade que, em matéria de educação, apesar de tudo, avançamos muito.

Nos planos primário e normal temos de destacar a atuação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, da Secretaria de Educação e Cultura que, instituído por lei em 1943, vem desenvolvendo, sem solução de continuidade, um trabalho de real valor no sentido de esclarecer os professôres, sôbre os fundamentos, princípios e técnicas da pedagogia moderna, através de cursos, sessões de estudos nas escolas, solução de consultas, apreciação de livros, planos didáticos, instruções expedidas em Comunicados e outras atividades.

Secundam sua ação, além de outras realizações, os órgãos técnicos especializados da SEC, os Conselhos Técnicos do Instituto de Educação e de Escolas Normais do Estado.

O trabalho honesto, seguro e eficiente destas instituições e a valiosa colaboração de professôres competentes e dedicados que existem, felizmente, em grande número no Estado, muito contribuíram para colocar a educação do Rio Grande do Sul no alto nível que alcançou.

Mas, no que concerne à elaboração e distribuição de material didático para uso dos alunos, de guias de ensino úteis à consecução dos objetivos e à prática de processos recomendados, temos de reconhecer que pouco realizamos nessa direção.

Devemos, pois, enfrentar o problema sèriamente.

Não podemos confiar, em geral, ao educador a elaboração do material didático a ser usado em sua classe; devemos, pelo contrário, oferecer-lhe o que há de melhor no gênero e orientá-lo sôbre o modo de aplicá-lo.

Embora convictos de que o êxito da educação depende, em grande parte, da personalidade do educador, de sua cultura geral e pedagógica, de seu espírito criador, da sua capacidade de adotar o método e os processos que mais se ajustam aos diferentes tipos de

seus alunos e de confeccionar o material didático correlato, concordamos com Mantovani quando afirma que “não se pode confiar, de um modo absoluto, a qualquer professor a liberdade dos meios educativos. Teria de contar-se com uma superioridade de espírito e de preparação técnica que o regime corrente de formação não provoca nos educadores”.

Ainda nos casos em que exista essa superioridade e outras qualidades pessoais favoráveis, temos de atentar para as já citadas contingências de tempo e da sociedade em que vivemos, as quais dificultam a ação do educador, a renovação de métodos e processos de ensino e, em suma, a reforma educacional.

Nesta escola de transição que perdeu alguns dos valores da escola tradicional e não se integrou, ainda, no verdadeiro sentido da escola nova, vive o professor sob pressão das forças culturais e sociais da época e a realidade escolar, confuso pela incoerência entre o pensamento pedagógico dos órgãos supervisores da educação, os programas de ensino, o material didático, a legislação escolar e as medidas administrativas, contraditórias, às vezes, daquelas que, no plano técnico, são dadas simultaneamente.

A CRIAÇÃO DOS CENTROS REGIONAIS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Oportuna e feliz foi, pois, a iniciativa da direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ao propor a criação de Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Oportuna, porque, tendo a escola chegado à situação em que se encontra, não se pode confiar sua recuperação apenas a reações espontâneas e a esforços ingentes, mas isolados e exclusivos, do magistério. Tornava-se necessário ampliar o número de instituições destinadas a amparar e promover iniciativas e realizações neste sentido. Feliz, pela natureza dos objetivos atribuídos aos CRPE e pelas condições de flexibilidade e independência peculiares às campanhas nacionais de educação, o que facilita a realização dos encargos que lhe foram conferidos.

O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul poderá exercer salutar influência na modificação do clima espiritual que envolve a obra educativa e contribuir para desfazer dúvidas e confusões, pela realização de pesquisas, de cursos, elaboração e lançamento de livros e material didático, verdadeiros guias de ensino, em perfeita harmonia com os princípios e técnicas da escola nova. E sua tarefa, apesar de difícil e complexa, porque im-

plica em desvendar campos desconhecidos ou pouco explorados, em utilizar, para atingir a verdade, outros instrumentos e processos de trabalho, vai sendo, aos poucos, realizada, e é bem possível que dentro de algum tempo possamos apreciar os resultados de sua ação na vida educacional.

De tal qualidade deve ser o material elaborado — atraente, rico, prático, vivo e atualizado — que se imponha por si mesmo, sendo aceito com interesse e otimismo pelo magistério, por vir ao encontro de suas necessidades.

Sabemos que um bom professor seleciona ótimos trechos de leitura, elabora questões para medir a capacidade de interpretação de seus alunos relativamente ao trecho lido, apresenta construções lingüísticas corretas e elegantes para serem apreciadas, colige dados sobre a agricultura, a produção, a indústria e o comércio, para dar ao educando uma visão real e atual de nossa estrutura econômica, estabelece relações entre estes e outros conhecimentos para fundi-los num todo útil à solução de um problema, à realização de um projeto ou unidade de estudo.

Mas consideremos a economia de tempo e esforço que representará para o professor ter à sua disposição este material, cuidadosamente organizado, impresso e em número suficiente, quando for o caso, para possibilitar a cada aluno, individualmente, a preparação e a prática de que necessita.

Assim pensando, realizaram-se em 1956, no C. R. P. E. estudos e pesquisas, em fontes nacionais e estrangeiras, com o objetivo de elaborar e oferecer aos professores, os seguintes instrumentos de trabalho:

A — Teste de pré-leitura

Efetuada um estudo sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes que a criança deve ter para poder identificar e reconhecer símbolos impressos e compreender adequadamente o que lê, elaboraram-se provas destinadas a verificar se ela possui as aptidões indispensáveis a uma boa aprendizagem da leitura. Integrando um teste de pré-leitura, as questões foram aplicadas a um grupo representativo das crianças que freqüentam o 1.º ano de nossas escolas primárias, a fim de determinar o grau de correlação entre os resultados obtidos nos vários sub-testes e o nível atingido na aprendizagem da leitura. Atualmente se procede ao tratamento estatístico e à interpretação de resultados para uma revisão final e nova aplicação, no início do ano letivo de 1957, que venha informar sobre as qualidades do teste.

Simultaneamente se preparam as "Instruções" para o professor, com uma parte informativa referente aos fundamentos do teste, sua técnica de aplicação e normas interpretativas dos resultados.

B — Programa de preparação para o início da aprendizagem da leitura

Incluirá este programa:

1 — Parte fundamental, esclarecendo sobre os fatores de natureza intelectual, física, emocional e social que influenciam a "prontidão" para a leitura.

2 — Sugestões para o estudo das crianças.

3 — Normas para a execução de atividades como: conversas excursões, jogos, experiências de estudos sociais e naturais, narração de histórias, descrição e interpretação de gravuras e outras.

4 — Cadernos para uso dos alunos, impressos e postos à venda, em livrarias locais.

5 — Manual para orientar o professor no desenvolvimento deste programa.

Este material facilitará, consideravelmente, o trabalho do professor, oferecendo-lhe os recursos de que necessita não só a fim de determinar quando uma criança tem suficiente maturidade para reconhecer um vocabulário visual básico e iniciar a aprendizagem da leitura, mas ainda para sistematizar e promover a prática de atividades da mais alta significação num programa de pré-leitura como: familiarizar as crianças com hábitos e certas regras de comportamento escolar, favorecer-lhe o crescimento da linguagem, levá-la a construir conceitos, desenvolver a sua capacidade de discriminação visual, de percepção auditiva, respostas cinestésicas seguras, enriquecer o seu vocabulário e facilitar o diagnóstico das habilidades individuais.

C — Organização de um pré-livro

Para que se estabeleça no ensino uma seqüência unificada e dirigida no sentido de oferecer à criança possibilidade de êxito na aprendizagem da leitura é indispensável que, após ter completado um adequado programa de preparação, possa dispor de um pré-livro, cuidadosamente planejado, segundo critério científico.

D — Plano de atividades a serem desenvolvidas na 1.ª série escolar

Procede-se, atualmente, a estudos e pesquisas necessários à elaboração de um plano de atividades para a 1.ª série escolar.

Os trabalhos especificados nos itens anteriores (A, B, e C) integrarão este plano o qual será acrescido de um programa de iniciação matemática e de conhecimentos gerais.

A natureza e a extensão do conteúdo, bem como sua forma de organização didática, não serão influenciadas pelos padrões existentes, adotados em nossas escolas, mas inspirar-se-ão nos fundamentos filosóficos e em técnicas, implícitos nas teorias pedagógicas que se ajustam ao espírito da educação nova e às condições psicofísicas das crianças desta idade.

Iniciado o trabalho pela 1.ª série, estender-se-á, progressivamente, às demais.

E — Pesquisa sobre Matemática

Para que o ensino da Matemática não continue a processar-se em torno de situações que apresentam nenhuma ou pouca significação do ponto de vista social, proporcionando aos alunos informações pobres e deficientes sobre as aplicações matemáticas na vida, será necessário que o professor vá buscar, fora do âmbito escolar, observando os vários setores de atividade humana, situações e dados que, analisados e classificados, constituirão rica fonte de trabalho não só no nível primário como no secundário.

Visando a esta finalidade, uma comissão de professoras efetua, atualmente, o levantamento de situações de vida cujas soluções exigem o emprêgo da Matemática, realizando observações e entrevistas nos ambientes de trabalho e junto a profissionais.

Introduzida nos meios industriais e comerciais por intermédio da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, do Centro das Indústrias e da Associação Comercial de Pôrto Alegre, a referida comissão já coligiu valiosos dados e informações sobre as unidades de medida adotadas, meios de simplificação do cálculo, situações em que o uso da Matemática ocorre e a forma pela qual os conhecimentos matemáticos interferem nos processos de trabalho.

F — Plano de diagnose educacional aplicada à ortografia

Apesar de não possuímos uma estatística que nos permita precisar se a quantidade de erros ortográficos cometidos pelos alunos, na época atual, é mais elevada que no passado, os professores não podem permanecer indiferentes diante desta invasão de faltas que

nos coloca sob a pressão de uma "crise ortográfica" cujas causas são profundas. Pierre Burney, em seu livro "L'orthographe" analisa-as com muita objetividade e, salvo algumas observações que se aplicam, em particular, à estrutura da língua francesa, as considerações expostas se ajustam muito bem à situação do ensino da ortografia no Brasil.

Transcrevemos, abaixo, o plano elaborado e que vai sendo desenvolvido regularmente, dentro das limitações que o tempo impõe.

Assunto — Ortografia

I. Situação motivadora — Frequência e gravidade dos erros cometidos por alunos de escolas primárias e secundárias.

II. Objetivos — Organizar provas para verificação dos conhecimentos ortográficos do aluno e uma série graduada de exercícios, de caráter preventivo e corretivo.

III. Atividades previstas:

A — Estudo do acôrdo ortográfico de 43.

B — Seleção, do vocabulário ortográfico, das palavras usadas pelo adulto de cultura média em sua linguagem comum.

C — Organização de listas de palavras agrupadas segundo a natureza das dificuldades que apresentam.

D — Elaboração e aplicação de provas experimentais com o objetivo de conhecer as preferências dos alunos relativamente ao emprêgo de letras ou grupos de letras que soam de forma semelhante.

E — Estudo das formas de apresentação do material e dos recursos necessários para diagnosticar as dificuldades, atendendo às seguintes direções:

1. Quais os alunos que necessitam de uma assistência especial em ortografia?

2. Que espécie de erros cometem êstes alunos?

3. Quais as prováveis causas dêstes erros?

4. Como corrigi-los e preveni-los?

F — Organização de provas constituídas de questões que envolvam:

1. O conhecimento de regras constantes do Acôrdo Ortográfico de 43.

2. O conhecimento da ortografia de palavras do vocabulário comum, cujas dificuldades não se enquadram em regras.

G — Seleção de provas adequadas à investigação das causas dos erros.

H — Preparação de séries de exercícios, graduados, variados e interessantes, apresentados sob forma agradável, com o objetivo de prevenir e corrigir erros de ortografia.

G — Análise de livros didáticos

Com o propósito de conhecer os assuntos que predominam nos livros de leitura, destinados ao uso dos alunos de escolas primárias e o critério que orienta a seleção e apresentação dos mesmos, foram examinadas trinta obras.

Ao realizarmos êste trabalho não nos move, apenas, a preocupação estatística ou meramente especulativa, mas a intenção de colher, entre o volumoso material apreciado, algumas contribuições originais e valiosas, do ponto de vista educativo. Estas poderão, ulteriormente, ser reunidas, segundo as emoções que provocam, as idéias e atitudes que despertam ou desenvolvem e os assuntos sôbre os quais versam, para servirem de subsídio à organização de unidades didáticas.

H — Estudos relativos ao desenvolvimento da educação no Rio Grande do Sul

Iniciados em junho de 1956 junto a órgãos oficiais, entidades privadas e pessoas ligadas diretamente ao ensino, a riqueza de informações obtidas, de dados e documentos coligidos, depois de convenientemente coordenados, representará uma contribuição, bastante significativa, à História da Educação Rio-grandense.

I — Biografias de personalidades ilustres

Inclui o C. R. P. E., em seu programa de atividades, a organização de concisas biografias de personalidades que se têm destacado por sua notável influência no desenvolvimento cultural, educacional, social e econômico do Rio Grande do Sul.

J — Cursos de aperfeiçoamento de diretores de escolas, orientadores educacionais e regentes de classe

Com a participação de 34 bolsistas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, procedentes de vários estados da União, realizou-se, no C. R. P. E., em 1956, um Curso de Aperfeiçoamento destinado a preparar diretores de escolas, orientadores de educação primária e regentes de classes.

A par dos estudos necessários a uma compreensão dos fundamentos das teorias pedagógicas cujos princípios e métodos se recomendavam, e a observação e prática de técnicas educativas nas escolas, procurou-se despertar, nas professoras bolsistas, o interesse pela pesquisa e familiarizá-las com os métodos de investigação.

Proporcionando-lhe oportunidades de contato com órgãos da

Secretaria de Educação, instituições sociais, culturais e educativas, levando-as a participar da aplicação e aferição de testes, da elaboração de planos de diagnose educacional e seu desenvolvimento, da organização de questões destinadas a integrar medidas do aproveitamento escolar, da análise de cartilhas e da apreciação de critérios observados em pré-livros, parece-nos haver conseguido muito no sentido de despertar nas bolsistas uma atitude científica para com os problemas escolares.

L — Laboratórios de Ciências Naturais e de Psicologia Educacional

Partindo do princípio de que dizer como deve ser orientado o ensino nas escolas não é condição suficiente para assegurar o êxito da aprendizagem, planejamos a preparação de material (espécimes naturais, fotografias, desenhos, roteiros de atividades), a fim de imprimir cunho prático e experimental ao estudo da Natureza.

No campo da Psicologia procuramos organizar, para pôr à disposição das bolsistas, os recursos que a Psicologia Escolar oferece.

Com estas duas iniciativas, demos início à organização de salas-laboratórios onde os professores poderão encontrar, à medida que se fôr ampliando as instalações e estendendo-as a outras matérias, valiosos elementos de estudo que poderão contribuir, consideravelmente, para a solução dos problemas escolares.

Este material deverá constituir, ainda, a base prática dos Cursos que o CRPE ministrar.

M — Publicação de trabalhos realizados e de boletins informativos

Alguns dos trabalhos, mencionados nesta exposição, se encontram em fase inicial de desenvolvimento; outros, porém, já se acham bastante adiantados ou quase concluídos.

É nosso pensamento publicá-los sob a forma de boletins, a fim de informar todos aqueles que vivem os problemas educacionais ou por eles se interessam.

Com a publicação periódica dos estudos e pesquisas realizados por este Centro, abrem-se as portas deste órgão a todos aqueles que desejarem colaborar conosco para acelerar o ritmo do movimento renovador que se processa no plano pedagógico.

N — Outros trabalhos

Além das atividades especificadas nos itens precedentes, co-

laborou o C. R. P. E., em pesquisas planejadas pela Coordenação dos Cursos do INEP.

Realizou, ainda, vários trabalhos de caráter rotineiro, relacionados com os planos de estudos a que se propôs e outros, determinados pela natureza das atribuições conferidas ao órgão.

O — Previsão das atividades para 1957

No exercício de 1957 prosseguirão as pesquisas e estudos planejados e iniciados em 1956, acrescentando-se aos mesmos apreciações sobre as condições atuais do ensino nos graus primário e médio, e informações sobre a estrutura, o regime de vida e o funcionamento de algumas instituições educacionais mais representativas do progresso educacional do Estado.

P — Considerações finais

Ao finalizarmos essa exposição, desejamos afirmar, coerentes com os ideais e sentimentos que vêm animando a obra realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no campo educacional brasileiro, tão seguramente dirigida pelo espírito esclarecido e brilhante de seu ilustre Diretor, que o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul é, acima de tudo, um órgão à disposição dos educadores deste Estado.

Teremos, pois, a maior satisfação em apoiar, dentro de nossas possibilidades, tôdas as iniciativas que interessem realmente à educação do Rio Grande do Sul e em receber as sugestões que envolverem realizações úteis ao programa de reconstrução educacional do País.

DECRETO N.º 38.460, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1955

Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e considerando o que expôs o Ministro de Estado da Educação e Cultura sobre a necessidade de dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para o melhor cumprimento de sua tarefa precípua de estudos e da que cabe em virtude de estar incumbido de aperfeiçoamento do magistério brasileiro, primário e normal, nos termos dos Decretos-leis n.º 580, de 30 de julho de 1938, n.º 4.958, de 14 de novembro de 1942 e Lei n.º 59, de 11 de agosto de 1947.

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam instituídos o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, o primeiro com sede no Rio de Janeiro e os demais nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Pôrto Alegre e posteriormente onde vierem a ser julgados necessários, todos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2.º — Os Centros de Pesquisas a que alude o artigo anterior têm os seguintes objetivos:

I — pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de elaboração gradual de uma política educacional para o país;

II — elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país — em cada região — nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;

III — elaboração de livros de fontes e de textos, de material de ensino e estudos especiais, sôbre administração escolar, construção de currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, preparo de mestres, etc., a fim de propiciar o aperfeiçoamento do magistério nacional.

IV — treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em educação, professores de escolas normais e professôres primários.

Art. 3.^a — O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais compreenderão sempre uma biblioteca de educação, um serviço de documentação e informação pedagógica, um museu pedagógico, os serviços de pesquisas e inquérito, de cursos, estágios e aperfeiçoamento do magistério e, quando possível, serviços de educação audio-visual, de distribuição de livros e material didático e de cinema educativo.

Art. 4.^a — Os Centros serão organizados segundo planos elaborados pelo INEP e aprovados pelo Ministro de Estado, sob regime de financiamento especial e gozando de tôdas as condições de flexibilidade e independência das campanhas nacionais de educação.

Parágrafo único — Os centros regionais poderão funcionar em regime de convênios com os governos ou entidades públicas ou privadas ou diretamente mantidos e administrados pelo INEP.

Art. 5.^a — Tôdas as repartições federais, autárquicas e para-estatais deverão prestar aos centros de pesquisas educacionais a cooperação que lhes for solicitada para facilidade de cumprimento de suas atribuições.

Art. 6.^a — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1955, 134.^o da Independência e 67 da República.

NEREU RAMOS
Abgar Renault